

**EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA:
tensões ideológico-culturais e
socioeconômicas e possibilidades de
resistência**

**BRAZILIAN SCHOOL EDUCATION:
ideological-cultural and
socioeconomic tensions and
possibilities of resistance**

**EDUCACIÓN ESCOLAR BRASILEÑA:
tensiones ideológico-culturales y
socioeconómicas y posibilidades de
resistencia**

Resumo: O ensaio aqui apresentado traz um exercício teórico-reflexivo que aborda a educação básica e a escola brasileira contemporânea sob a perspectiva do contexto ideológico, cultural, social e econômico. Apoiando-se na literatura, tece uma crítica a ideologias que permeiam decisões acerca dos sistemas de ensino, influenciando a identidade escolar, as reformas curriculares e o projeto de sociedade a ser construída (ou conservada) com base na educação oferecida às novas gerações. Apesar das perspectivas preocupantes, entretanto, existem possibilidades de resistência que devem ser exploradas e levadas adiante por aqueles que se dedicam a construir uma educação emancipadora, com vistas à equidade de oportunidades e à transformação ideológico-cultural e socioeconômica da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação escolar. Reforma curricular. Contexto ideológico-cultural.

Recebido em: 10/10/2022
Aceito em: 04/04/2023
Publicação em: 08/04/2023



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v16i1.64488

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Rosimari Ruy

Mestra em Educação

Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil.

E-mail: rosimari.ruy@outlook.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7974-2044>

Vitor Machado

Doutor em Educação

Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil.

E-mail: v. machado@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3082-4310>

Francisco Rolfsen Belda

Doutor em Engenharia de Produção

Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Brasil.

E-mail: francisco.belda@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6350-7026>

Como citar este artigo:

RUY, R.; MACHADO, V.; BELDA, F. R. Educação escolar brasileira: tensões ideológico-culturais e socioeconômicas e possibilidades de resistência. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 1, p. 1-7, 2023. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.64488>.

Abstract: The essay presented here brings a theoretical-reflective exercise that approaches basic education and the contemporary Brazilian school from the perspective of the ideological, cultural, social and economic context. Based on the literature, it criticizes ideologies that permeate decisions about education systems, influencing school identity, curricular reforms and the project of society to be built (or preserved) based on the education offered to new generations. Despite the worrying prospects, however, there are possibilities of resistance that must be explored and carried forward by those who are dedicated to building an emancipatory education, with a view to equal opportunities and the ideological, cultural and socioeconomic transformation of Brazilian society.

Keywords: Formal education. Curriculum reform. Ideological-cultural context.

Resumen: El ensayo que aquí se presenta trae un ejercicio teórico-reflexivo que aborda la educación básica y la escuela brasileña contemporánea desde la perspectiva del contexto ideológico, cultural, social y económico. A partir de la literatura, critica las ideologías que permean las decisiones sobre los sistemas educativos, influyendo en la identidad escolar, las reformas curriculares y el proyecto de sociedad a construir (o preservar) a partir de la educación que se ofrece a las nuevas generaciones. A pesar de las perspectivas preocupantes, sin embargo, existen posibilidades de resistencia que deben ser exploradas y llevadas adelante por quienes se dedican a construir una educación emancipadora, con miras a la igualdad de oportunidades y la transformación ideológica, cultural y socioeconómica de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Educación escolar. Reforma curricular. Contexto ideológico-cultural.

1 INTRODUÇÃO¹

Este texto traz uma reflexão sobre o papel da escola enquanto instância produtora e reprodutora de cultura, sujeita aos condicionamentos ideológicos de seu tempo e, simultaneamente, pródiga em potencialidades de emancipação dos indivíduos, no sentido da formação de sujeitos autônomos, politizados e articulados, capazes de agir coletiva e colaborativamente para a transformação social. Nesse sentido, discorremos sobre a educação e as escolas brasileiras de nosso tempo, que, não bastasse a necessidade de adaptação ao ensino remoto emergencial que lhes caiu à cabeça de modo repentino no início de 2020 e que se prolongou ao logo do ano de 2021, por conta do distanciamento social imposto como medida de contenção do novo coronavírus, se viu às voltas com uma série de reformas que, se por um lado são reivindicações antigas, por outro parecem não corresponder à maior parte das expectativas e necessidades percebidas pelas comunidades escolares, pelos pensadores da educação e pela sociedade em geral (CUNHA JUNIOR, 2021).

Para compreender melhor esse quadro, procurando apreender o papel da educação escolar na sociedade contemporânea e para onde ela parece caminhar, desenvolvemos um exercício teórico-reflexivo de cunho bibliográfico, que apresentamos a seguir. Nele, é estabelecido um diálogo com autores que têm dirigido o olhar para as temáticas da cultura escolar contemporânea, que agora contempla a necessidade de sua transcendência também para o universo digital, das ideologias que permeiam todos os âmbitos da educação formal e das diferentes formas que o currículo pode ser interpretado e instrumentalizado para a conservação ou transformação da realidade socioeconômica brasileira.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO-REFLEXIVO

As novas gerações estão crescendo em um contexto cultural em tudo diferente das anteriores, em uma sociedade hiperconectada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. Os dispositivos computacionais interconectados mundialmente proporcionaram a expansão de um novo lócus com possibilidades quase infinitas de interações, acesso à informação e formação, produção de conteúdo, lazer, entre outros: o ciberespaço. A hibridização entre este espaço cibernético, ou mundo virtual, com o mundo concreto, da vida real, vem produzindo o que os teóricos da área nomearam como cibercultura (LÉVY, 1999). Esse modo de estar no mundo, vivendo simultaneamente nos espaços reais e virtuais, transforma definitivamente os mecanismos de construção do pensamento, a compreensão de todas as

¹ Este ensaio, aqui apresentado com pequenos ajustes, foi primeiramente publicado como trabalho completo nos anais do Congresso Internacional Movimentos Docentes 2021.

coisas e as relações (das pessoas entre si, das pessoas com as coisas, o ambiente, o trabalho etc.). Ao mesmo tempo em que as realidades e culturas dos mais diversos pontos do globo se abrem a quem queira conhecê-las, a homogeneização dos costumes vai ganhando terreno e tornando-se a regra (CAPRA, 1997).

No contexto da cibercultura, espaços e tempos têm limites fluidos. Nesse sentido, parece haver um descompasso da educação escolar com os novos tempos (PIMENTEL; COSTA, 2018). Uma criança do sexto ano com um celular conectado à internet, por exemplo, se bem orientada, pode acessar em alguns minutos informações detalhadas, de modo mais preciso, didático e lúdico do que um professor de Ciências poderia expor em uma aula de cinquenta minutos que ele levou outros tantos para preparar.

A cibercultura, porém, não surgiu do dia para a noite. As sociedades em rede vêm se constituindo há décadas e os dispositivos interconectados através da internet vêm evoluindo ano após ano (LÉVY, 1999). A escola, entretanto, parece estar despertando há bem pouco tempo para esse universo digital no qual crianças e jovens estão imersos. Assim, a identidade da escola encontra-se em crise diante de estudantes que não veem expectativas no que ela tem a oferecer, nem encontram eco para seu jeito de ser e estar no mundo, para a maneira como gostam de aprender (RUY, 2020). A sociedade neoliberal, contudo, percebe que precisa se infiltrar em novos domínios e migra suas estratégias de indução ideológico-cultural para o ciberespaço, inundando as redes sociais, preferência da juventude, enquanto replaneja os currículos e as estruturas escolares, de modo que recuperem sua importância enquanto instâncias reprodutoras das ideologias dominantes (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019).

Já em adiantado processo de implantação, cuja aceleração se deu mesmo em (ou aproveitando-se de) um momento em que toda a comunidade escolar se encontrava fragilizada diante das incertezas geradas pela pandemia causada pelo novo coronavírus, com restrições a possíveis articulações, mobilizações e resistências, uma reforma de grande impacto, especialmente no âmbito do ensino médio, vem tirando o sono de jovens estudantes, famílias e profissionais da educação (LAMOSA *et al.*, 2020).

Ainda que seus defensores afirmem o contrário, a percepção de grande parte dos educadores é de que essas reformas trazem em seu bojo um esvaziamento em relação ao conhecimento historicamente acumulado e o desmonte de áreas com potencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, da politização da juventude e de futuras frentes de mobilização das forças produtivas representadas por esses jovens (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019).

Se antes o foco estava em uma educação tecnocientífica e sociocultural europeizada, as atuais bases nacionais comum curricular e de formação inicial e continuada de professores parecem apontar para um empobrecimento da construção de uma visão geral do mundo, condicionando, de certo modo, o jovem a seguir determinada trajetória que o leve a cumprir a função social reservada aos peões da sociedade de consumo: manter o sistema funcionando, de modo a preservar o estilo de vida e os privilégios das classes dominantes (CUNHA JUNIOR, 2021).

Assim, embora a educação profissional seja, em si mesma, uma possibilidade fértil para a qualificação e inserção do jovem no mercado de trabalho, não sendo, a priori, um impeditivo para aqueles que desejarem seguir seus estudos em nível superior, as atuais reformas têm-lhe conferido uma conotação de fim último e intrínseco à educação básica, em uma campanha de convencimento que, tacitamente, procura inculcar nos jovens e na sociedade que esse é o (único) caminho para sua realização profissional e, conseqüentemente, pessoal. Desta maneira, os filhos dos trabalhadores voltarão a ser, de acordo com as intencionalidades das classes dominantes, devidamente mantidos nas camadas sociais populares, como peças despersonalizadas que fazem girar a gigantesca engrenagem neoliberal (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019).

Os herdeiros das classes mais abastadas, porém, não estão sujeitos ao mesmo jugo (CUNHA JUNIOR, 2021). Como não é difícil de se imaginar, há currículos e *currículos*. Todo o cabedal científico e cultural retirado até mesmo das vistas dos estudantes mais pobres, habitantes de regiões menos favorecidas, por meio do esvaziamento curricular, está facilmente acessível àqueles para cujas famílias o dinheiro não é um problema de grande monta (ou problema algum). Para esses, as benesses do mundo, o acesso às melhores universidades e os altos postos gerenciais, políticos e econômicos, estão, a

princípio, reservados.

É impressionante a força com que esse movimento se consolida. Há todo um cuidado em se buscar nos anseios e frustrações da juventude e de suas famílias o fio condutor para que essas reformas sejam recebidas como uma redenção (CUNHA JUNIOR, 2021). Oferece-se o pão e o circo e espera-se os aplausos, enquanto, sob as cortinas, os objetivos dos poderosos são alcançados.

Famílias trabalhadoras sentem-se amparadas ao conseguir vaga para seus filhos nas escolas de tempo integral. Sob a tutela do Estado, essa multidão de crianças e jovens é alimentada e fica *guardada* enquanto suas famílias lutam pela sobrevivência e servem ao sistema. E se os modos de ensinar e aprender têm experimentado mudanças necessárias, ao mesmo tempo que novos aparatos tecnológicos e o universo virtual é incorporado ao cotidiano, indo ao encontro das expectativas da geração de nativos digitais deste início de milênio, a carga cultural e ideológica que rege a concretização dos novos currículos implanta-se arditamente nas mentes em formação. Detectar as armadilhas paradigmáticas a que está sujeito vai se tornando cada vez mais difícil para o povo. Propalada como uma inovação educacional cheia de boas intenções, a reforma em implementação parece, na verdade, destinar os jovens para uma educação profissional rasa, com formações “voltadas para o trabalho simples e de baixo valor agregado” (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019, p. 110). O esvaziamento dos conteúdos científicos e de cultura geral, bem como a redução da carga horária destinada à “formação básica pode significar a interposição de mais obstáculos para os jovens provenientes das classes populares acessarem o ensino superior” (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019, p. 110).

Dentro das escolas e das instâncias de gerenciamento dos sistemas educacionais, uma enxurrada de informações e atividades de todos os tipos mantêm a todos assoberbados, eliminando qualquer chance para que uma reflexão coletiva possa produzir movimentos de resistência. Não há tempo para mais nada além das cada vez mais numerosas atribuições burocráticas, reuniões e capacitações para a implementação das novas diretrizes. No auge da pandemia, ainda, enfrentou-se a sobrecarga com o ensino remoto ou em jornada dupla (com alunos simultaneamente no presencial e no ambiente virtual síncrono). A precarização da carreira docente, as baixas remunerações, carga horária e número excessivo de alunos, a alta rotatividade do corpo docente e principalmente as intencionalidades ocultas dos processos de formação contribuem decisivamente para o esvaziamento da práxis, e a ação e reação ficam profundamente comprometidas (FUJITA; FRANCO, 2016). Tudo é tão meticulosamente ajustado que não sobra espaço ou energia para que outras vozes, de fora do sistema, possam ser ouvidas. A autonomia da escola para aderir a projetos que possam trazer alguma inovação ou que respondam a demandas específicas da comunidade escolar se vê solapada pela falta de tempo. Os estratagemas das classes dominantes são, efetivamente, muito bem planejados.

Não há como negar que vivemos tempos de mudanças rápidas, em um contexto cada vez mais tecnologicado e interconectado, configurado por redes baseadas nas tecnologias digitais de informação e comunicação. Nesse novo universo, uma cibercultura de contornos amplos, mal delimitados e multifacetada se coloca como um lugar comum para os cidadãos planetários das primeiras décadas deste terceiro milênio. Trata-se de um território vasto, onde ecoam as mais diferentes vozes e entram em disputa numerosos campos e esferas de poder. Suas características favorecem tanto a disseminação de intencionalidades plurais quanto a aglutinação de interesses em torno de causas comuns (RUY; KERBAUY; BELDA, 2021).

Nas redes do ciberespaço, habita uma infinidade de seres diversos, humanos e não humanos, e os nós que se fazem, desfazem e reorganizam constantemente possibilitam que uma multiplicidade de ideias possa fluir e reunir pares, além de oferecer nichos para debates capazes de produzir importantes frutos no sentido de uma redescoberta do poder que emana da coletividade (CASTELLS, 2006; LÉVY, 2003).

Essas características podem ser apropriadas por qualquer grupo e direcionadas para a imposição de suas ideologias e seus pressupostos socioeconômicos e culturais, bem como para a execução de objetivos que visem a concretização de seus próprios interesses. É isso que temos assistido (ou a que estamos submetidos) nas escolas de educação básica brasileiras da atualidade, em que as novas maneiras

de se inter-relacionar, presencial e virtualmente, de buscar informação e de estar no mundo têm sido usadas e reprogramadas para a implementação de reformas que visam manter o *status quo* das classes dominantes. “Aos que lutam pela elevação do padrão cultural da classe trabalhadora, pela construção de uma escola que mire uma formação omnilateral e que perspectivam superar a sociedade de classes, caberá resistir” (TAFFAREL; BELTRÃO, 2019, p. 112).

A escola, sozinha, não traz em seu bojo o poder de transformar o mundo e dizer o contrário seria pura ingenuidade. Mas sua ampla abrangência de públicos, incrementada pela obrigatoriedade da inserção de todos em suas fileiras, faz dela uma importante ferramenta enquanto estrutura reprodutora das ideologias e cultura das classes dominantes. Nesse sentido, é imprescindível e urgente que movimentos de resistência ocupem todas as frestas que forem surgindo, provocando rupturas sempre mais significativas de modo a sinalizar que aqueles que acreditam numa educação equitativa e emancipadora ainda têm fôlego para a luta.

Em meio a uma guerra estrutural que nos desmobiliza — chegando muitas vezes a nos imobilizar — enquanto sujeitos educadores pensantes, é preciso rebelar-se contra os poderes que trabalham incansavelmente, com um sorriso no rosto, para que nos mantenhamos como uma massa amorfa que pode ser moldada tal e qual queiram. O ciberespaço pode ser o lócus em que essas insurgências podem ser coordenadas a partir de um profundo debate e da construção coletiva e colaborativa de saberes em rede, com foco na transformação da educação em benefício de todos, e não de apenas alguns grupos privilegiados.

Sim, a escola precisa evoluir em todos os seus aspectos. É necessário que ela cumpra seu papel social como aquela que acolhe os estudantes em situação de vulnerabilidade, que ampara as famílias ao ser parceira na educação e proteção dessas crianças e jovens, que devolve ao adulto a chance de aprender, sistematizar ou formalizar saberes e obter o tão almejado diploma. É essencial que ajude a comunidade a valorizar e reconhecer a cultura local, mas que também abra olhos e mentes para a rica diversidade sociocultural que tingem de tantas cores diferentes a espécie humana, simultaneamente una e múltipla (MORIN, 2002). É imprescindível, ainda, que possibilite o acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, bem como propicie o contato com a ciência, compreendendo seus processos de construção (SAVIANI, 1999).

Na escola, a democracia e a preparação para uma atuação politizada na sociedade devem ser exercitadas, individual e coletivamente. E, aproveitando-se da dinâmica das redes a que os nativos digitais estão intuitivamente acostumados, novas abordagens para análises sociais e ambientais, em níveis local e planetário, devem ser exploradas. E, sim, os caminhos da profissionalização devem ser apontados e pavimentados, para que a juventude possa descobrir suas inclinações e traçar seus objetivos, de modo a concretizar seus sonhos. Tudo isso com base em metodologias mais afins ao jeito de aprender das atuais gerações, agregando antigas e novas tecnologias em processos de ensino-aprendizagem enriquecedores (RUY, 2020).

As intencionalidades (ocultas) das reformas que estão sendo impostas não se concretizarão por si mesmas em nossas salas de aula. Elas dependem de nossa adesão, que tem sido angariada às custas de nosso esgotamento e do estrangulamento de nossas rotinas no atribulado cenário educacional que as escolas brasileiras de educação básica estão experimentando neste começo de milênio e, de modo mais contundente, neste início dos anos 2020, devido às consequências da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, o coronavírus (LAMOSA *et al.*, 2020), e às instabilidades socioeconômicas e políticas que vêm caracterizando o contexto nacional e mundial. Assim, não podem ser encaradas com fatalismo, como não o foram tantas outras do passado, contestadas por gerações de educadores que, corajosamente, ousaram contaminar, de um jeito bom, aquilo que lhes era mandado transmitir (CENTRO..., 2017). Se professores que estão na linha de frente, com os estudantes, não se resignarem, como esses educadores do passado não o fizeram, se aproveitarem as potencialidades das ciber-redes para buscar embasamento, se fortalecerem e se articularem, as possibilidades de resistência e de transformação serão extremamente pródigas.

Esse movimento presume reflexões fundamentadas e o delineamento de metas de ação com vistas à construção de uma cultura escolar embasada em uma educação emancipadora, de transformação econômica, social e ambiental. Seria um movimento de base, calcado na sinergia entre os educadores e os educandos, em um primeiro momento, capaz de minar a força dos mecanismos impositivos que regem os sistemas educacionais. Trazer as famílias para dentro dos processos decisórios e da dinâmica pedagógica da escola (LIBÂNEO, 2004), construir parcerias equitativas entre todos os membros da comunidade escolar e fazer valer projetos político-pedagógicos construídos coletivamente seria a cereja do bolo desse movimento de reconfiguração da escola.

Por fim, imaginemos as infinitas possibilidades que esse modelo de escola poderia acessar ao se constituir identitariamente no ciberespaço (RUY, 2020). Seus limites já não se restringiriam ao que estavam sujeitas enquanto unidades (e comunidades) escolares separadas, mas poderiam confluir de modo a assemelhar-se a um imenso organismo vivo, cujas partes evoluem em uníssono e, assim, a identidade do todo se fortalece de tal forma que já não é mais possível decidirem por ele, à revelia de suas aspirações.

Esse é um possível perfil que imaginamos para construção de uma escola forte, emancipadora. Quiçá pudesse ser o ponto a partir do qual testemunharíamos o porvir de uma nova consciência política coletiva com desdobramentos práticos, numa declaração sem precedentes, às classes dominantes, de que o velho *modus operandi* não será mais aceito e de que já passou da hora de reavaliarem seus posicionamentos e seu modo de vida em uma realidade socioambiental que não suporta mais a pressão imposta pelas contingências desvairadas da sociedade de consumo neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos discorrer sobre a escola contemporânea a partir de perspectivas culturais e ideológicas, com ênfase nos conflitos de interesse entre as diferentes classes sociais que ainda caracterizam a sociedade brasileira e nas relações de poder que se estabelecem nos sistemas educacionais, visando o manutenção dos privilégios das classes dominantes e da dinâmica sociocultural, política e econômica do neoliberalismo.

Apontamos, também, caminhos possíveis para a superação dos propósitos tendenciosos de grupos dominantes, promovendo a transformação da educação básica no sentido do bem-comum por meio da apropriação, por toda a comunidade escolar, do currículo e das reformas a ele associadas.

Encerramos esta reflexão com a esperança de que ainda não é tarde e com o firme propósito de denunciar intenções escusas e de atuar em todas as frentes possíveis para que a escola contemporânea possa se tornar o lócus em que todas as vozes ideológico-culturais sejam conhecidas e possam ser embasadamente analisadas, proporcionando às comunidades fazerem escolhas livres, bem-informadas e fundamentadas que favoreçam a todos, sem exceção.

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Tradução de Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, p. 17-30.
- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **7 educadores brasileiros fundamentais para compreender a educação integral**. Da Redação, 03 jan. 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/7-educadores-brasileiros-fundamentais-compreender-educacao-integral>. Acesso em: 07 out. 2022.
- CUNHA JUNIOR, José Eustáquio Rodrigues. **Os desafios da BNCC e o novo ensino médio: rumo a uma formação aligeirada**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Ipameri, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1926>. Acesso em: 07 out. 2022.
- FUJITA, Elza Tie; FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **Leitura literária: saberes docentes e formação de**

professores. **Reunião Científica Regional da ANPED** – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFPR, Curitiba, 24-27 jul. 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/EIXO6_ELZA-TIE-FUJITA-SANDRA-APARECIDA-PIRES-FRANCO.pdf. Acesso em: 07 out. 2022.

LAMOSA, Rodrigo et al. **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MORIN, Edgar. Educação e cultura. **Seminário Internacional de Educação e Cultura**, SESC Vila Mariana, São Paulo, ago. 2002. Disponível em: <https://edgarmorin.sescsp.org.br/categoria/palestra/1-educacao-e-cultura>. Acesso em: 07 out. 2022.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; COSTA Cleide Jane de Sá Araújo. A cultura digital no cotidiano das crianças: apropriação, reflexos e descompassos na educação formal. **EDUCAÇÃO**, v. 6, n. 3, p. 135-146, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2018v6n3p135-146>. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4117>. Acesso em: 07 out. 2022.

RUY, Rosimari; KERBAUY, Maria Teresa Miceli; BELDA, Francisco Rolfsen. Paradigmas enredados: visões contemporâneas sobre a sociedade planetária na era digital. In: MARASSI, Alessandra Barros; ANTUNES, Janaína Quintas (Org.). **Encontro Virtual da Associação Brasileira de Cibercultura**, 2. Novos letramentos, apropriação das tecnologias e o ciberespaço como construção coletiva: anais do II Encontro Virtual da ABCiber [recurso eletrônico]. São João da Boa Vista: UNIFAE, 2021. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2021/paper/view/1579>. Acesso em: 07 out. 2022.

RUY, Rosimari. Repensando a educação escolar no contexto da cibercultura: reflexões e potencialidades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, ed. 08, vol. 11, p. 17-26, ago. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/repensando-a-educacao>. Acesso em: 07 out. 2022.

SAVIANI, Demerval. A Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar. In: SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999, p. 75-88.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; BELTRÃO, José Arlen. Destruição de forças produtivas e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora: o caso da reforma da BNCC do ensino médio. **Germinal: Marx. Educ. em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.32000>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/32000>. Acesso em: 07 out. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).